

“...COM O SACRIFÍCIO DA PRÓPRIA VIDA”*

GUIDO JOSÉ WINTERS**
Capitão de Mar e Guerra (Ref^B-FN)

SUMÁRIO

Introdução	
O cenário de Villegagnon	
Convite do comandante da Marinha	
O Juramento à Bandeira e a Declaração de Guarda-Marinha	
Homens de ferro	
Fundamento histórico de Hegel	
Hegel e Bonaparte	
Batalha Naval de Salamina	
O sentido do sacrifício	
O navegante	
O espírito de corpo	
Conceito de sacrifício	
O modelo de dialética	
Dominação/Submissão	
O conceito de trabalho	
Ulisses	

* Último verso do Juramento à Bandeira na cerimônia de recebimento do espadim pelo aspirante.

** Foi chefe do Departamento de Eletrônica da Escola Naval e instrutor do Curso de Eletrônica para Oficiais. Professor da Universidade Católica de Petrópolis. É mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e psicólogo clínico. Estuda Teologia e Psicanálise.

INTRODUÇÃO

A *Revista Marítima Brasileira* (RMB) distribuiu em 2001 a edição comemorativa do seu sesquicentenário, ocasião em que tivemos o privilégio de ver aí incluído um texto de nossa produção. O antigo trabalho foi elaborado dentro do cenário da Ilha de Villegagnon, o que hoje tornamos a descortinar. A perspectiva daquele texto é pedagógica, porém seu núcleo é o tema da verdade. Aí procuramos enfatizar que cada linha filosófica de pensamento remete a um critério específico, próprio, para definir o que considera verdadeiro.

Verdade é uma questão que permanece aberta, e só aparentemente tem resposta simples, unívoca. Há, portanto, uma diversidade de concepções sobre o tema. No trabalho anterior, tivemos oportunidade de apresentar três pontos que, alternativamente, podem servir de fundamento para caracterizar o verídico. É ingenuidade supor que o referencial para se discernir o verdadeiro do falso pudesse ser limitado ao critério factual.

A despeito da importância da questão da verdade, julgamos haver hoje vertentes mais urgentes. Optamos, então, por divulgar o pensamento de um filósofo, Hegel, que apresenta particularidades especialmente significativas para o profissional da carreira das armas. Antecipamos desde já que, malgrado semelhanças, destacam-se diferenças fundamentais entre Hegel (idealista) e Marx (materialista), as quais ficarão mais explícitas à medida que discorrermos sobre algumas características da filosofia hegeliana.

O oficial já na reserva certamente sente-se atônito diante do atual noticiário sobre nossa história recente. Ao desenvolver um pensamento crítico, e exercitar a sua latente capacidade de questionamento próprio, ele não precisa ficar à mercê do que é veicula-

do pela mídia, seja como apresentação de fatos, seja como análise interpretativa. O estudo de Hegel, salvo melhor juízo, não só é perfeitamente compatível com a formação do oficial como pode contribuir para o desenvolvimento de um raciocínio lógico, com melhor fundamentação, um modo alternativo de pensamento, mais elaborado.

A timidez intelectual nos condiciona a ver fantasmas e a interpretar qualquer ruído ou sonoridade estranha em meio ao silêncio como evidência de assombração. Nosso propósito, então, com a filosofia hegeliana é clarear alguns conceitos como “processo dialético”, mostrando a unidade de seus momentos constitutivos, vulgarmente conhecidos como “tese, antítese e síntese”. Com isso, o jovem de hoje que tem acesso à enciclopédia do saber global pode lançar mais luz sobre as informações que lhe chegam e dispor de um critério alternativo para discernir em que consiste a verdade.

Aquele que, sustentando o seu ideal, está na subida dos primeiros degraus da carreira militar poderá dar-se conta de que a contradição é inerente à realidade e que não há ascensão linear. Temos a certeza de que os aspirantes tornar-se-ão mais orgulhosos da opção profissional que fizeram e mais conscientes de que, no paciente exercício diário, estão participando da marcha da construção do mundo. Que os passos cadenciados do Batalhão Escolar, em sincronia com seu grito de “Brasil-Marinha”, façam vibrar toda a sua geração, mostrando o potencial de que ela dispõe para dar um passo decisivo na História.

O CENÁRIO DE VILLEGAGNON

Convite do comandante da Marinha

Partimos do pressuposto de que a Marinha, na multiplicidade de suas funções, opera como autêntica Marinha-Escola.

Consequentemente, o lugar privilegiado para a representação formal desse efetivo aprendizado histórico só pode se concentrar na própria Escola Naval (EN). Portanto, não poderia ser outro o lugar escolhido para a reunião de conagração de final de ano. Cada vez que se está de volta à Ilha de Villegagnon, principalmente para quem lá chega por mar, repete-se o momento de vibração, como se ali desembarcasse pela primeira vez. É a reunião da oficialidade da reserva e de reformados que, percebendo o alcance do gesto do comandante da Marinha, atendem ao seu convite para mais um encontro. Destacam-se à testa (*en tête*), já na primeira fila, ex-ministros que lembram uma época áurea da Marinha, ainda recente, quando o seu comandante maior era membro do Governo da República.

A posterior conversa informal e descontraída durante o coquetel que se segue comemora o fato passado de todos os presentes terem sido embalados pelo balanço daquele mesmo barco. Nessa ocasião, já adultos, após terem se aventurado por rumos diversos, são reunidos como uma grande família a celebrar o Natal. Em comum, a concretude do encontro fraterno se confronta com o abstrato a que o próprio ato remete, à tradição das Tábuas da Lei, inscrita à talha manual na pedra bruta pelos nossos ancestrais. Eles a esculpiram para garantir que chegasse íntegra até nós, pois ela contém mensagem vital para a sobrevivência de nossa instituição, no que também eles se fazem presentes. Cabe-nos, ainda, decifrar o código genético dessa reprodução.

O Juramento à Bandeira e a Declaração de Guarda-Marinha

A tradição se reflete na atualização. Nas cerimônias de entrega do espadim aos aspi-

rantes, bem como da espada aos guardas-marinha, a Escola Naval vem convidando à representação a turma que comemora o 50º aniversário do evento em pauta. A cada ocasião, no ponto alto da solenidade percebe-se o contraste entre o som forte e viril dos jovens que pronunciam o seu juramento e a voz embargada dos da terceira idade, que, emocionados, tentam recordar as palavras que um dia também já entoaram em canto uníssono. Integrando-se ao Corpo de Aspirantes, cada um, de novo, não só revigora sua disposição particular, mas, com a sua simples presença, universaliza o compromisso ali assumido.

Conforme já exaustivamente enfatizado, somos marcados a ferro por um juramento. Qual escravo, cada um de nós está preso a um grilhão, à pesada corrente, que também é a corrente da tradição, que vai imbricar suas raízes em um passado de meio século distante. É pela disciplina do dia a dia que se estabelece a repetição, no que os valores tradicionais se sedimentam. Na EN, cinquentenário é festa comemorada duas vezes por ano.

Em visita à EN, muitos profissionais da carreira das armas, de várias gerações – a quem se tenta aqui render homenagem, particularmente aos que já desembarcaram em caráter definitivo –, certamente firmaram uma tradição que retroage por décadas. O encontro envolve oficiais de postos e de idades diversas, equalizando-os, não obstante, a partir de um denominador comum, constituído pelas idênticas palavras do juramento que um dia ali mesmo proferiram. A comemoração do cinquentenário de cada turma tem tido para os presentes a força do rito de uma peregrinação.

O que torna comum o juramento é o último verso enunciado: “...Com o Sacrifício da Própria Vida”. No sacrifício radical todos se igualam, pois a morte é a supressão das diferenças simbólicas. A expressão

correspondente em linguagem matemática seria então: “só há um conjunto vazio”. O sujeito, ao ser confirmado na carreira naval, perde a sua liberdade pessoal, negada pela permanente imposição de uma formação simbolizada na formatura. Porém, imprime aí um novo sentido à sua vida, inserindo-a em um contexto mais amplo, ao participar de um projeto que o ultrapassa em muito, que transcende a sua autocompreensão.

A espada é o símbolo que representa a autoridade de que agora o oficial está investido. Paradoxalmente, esta arma explicita seu verdadeiro sentido no ato de prestar continência à autoridade maior. O frontispício da publicação oficial *NoMar* nº 857 bem

retrata o gesto que se repete em desfiles, ao sugerir o abater da espada diante da autoridade. Aí, justamente quando a autoridade reverenciada é um ícone oculto, à margem, na impessoalidade do seu ser, é que, de modo surpreendente, ela se revela em plenitude.

É um privilégio, que não cabe a todos, ver-se pessoalmente representado em algum descendente, em formatura no gramado aguardando a troca das platinas e, particularmente, o recebimento da espada. Entretanto, algumas espadas que ali são entregues foram anonimamente doadas por oficiais da reserva, por meio do Clube Naval. Trata-se de um ato nobre porque o oficial abate sua espada de forma derradeira. O militar sabe que ela será empunhada por outro. Aí está implícita a submissão radical, não mais à autoridade imediatamente superior, visível, comunicável, mas ao espírito da corporação, que transcende a todos. Agora, na devolução da arma, no ato de doação da espada, os reformados não saem da Marinha, mas, por meio desse gesto de desprendimento, atualizam sua pertença à abstração do Estado, ao qual continuam a servir.

Aqui já fazemos o primeiro enfoque dialético: o empunhar da espada, que simboliza a autoridade do oficial, revela o seu gume mais cortante ao ser abatida diante da autoridade, e até deposta em prol de algo maior. A própria autoridade encarnada na pessoa do chefe alcança seu máximo ao ser eclipsada pelo brilho da abstração do Estado. A arma, representada pelo tradicional canhão, ainda carregado pela boca, e que era



Capa do *NoMar* nº 857

disparado quando demandava a entrada de um porto, não só mostrava seu poder de fogo, mas, principalmente, comprovava que suas armas estavam momentaneamente impossibilitadas de serem usadas em um ataque. A totalidade do real inclui o seu oposto.

Não é o recebimento da arma simbólica, espadim ou espada, que ordena o jovem à carreira das armas, mas o juramento de colocá-la a serviço da pátria – o que não se fará sem sacrifício radical –, ato com o qual, por extensão, ele a coloca em benefício da preservação da paz na humanidade. Hoje, uma das principais representações da Marinha no exterior é junto ao sofrido povo haitiano.

Nossa marca é esse juramento que se renova depois de meio século. Porém a cifra “50” não é mais que um simples número simbólico, que alcança um passado mais longínquo. Falamos sobre o abater da espada, que culmina na doação dessa arma, para ser empunhada por outrem. Sim, entregamos o sabre, mas não o juramento, cujo vigor não prescreve. Muda-se o texto, mas não o contexto; a gramática continua a mesma; altera-se a semântica, preserva-se a sintaxe. Nós nos reconhecemos porque fomos marcados na frente a ferro que vai ao rubro: o compromisso ético enraizado na tradição.

Portanto, o que ocorre nessa “península” é um evento mítico. Não só como simples lembrança de um passado histórico, tampouco como abstrata prospectiva do futuro, mas, sobretudo enquanto compromisso presente, que se realiza somente pela disciplina do dia a dia, por cuja repetição se estabelece um rito, e só como rito adquire a força de uma crença, de uma profissão de fé. Assim, os cinquentenários representam a oportuni-

dade de cada um atualizar seu compromisso de vida, agora já como cidadão.

Mais do que interpretação quixotesca de um autor idealista, vemos essa perspectiva referendada na cerimônia de junho de 2013. O clímax do Juramento à Bandeira, com a entrega do espadim ao aspirante é a proclamação do Campo Santo de Villegagnon. Daqui, então, advém a razão da escolha do título geral deste trabalho, pois não há como se conceber algo “santo” sem se pensar em sacrifício. Para o marinheiro, o sacrifício supremo é o naufrágio, tema com que concluiremos este trabalho.

Homens de ferro

**Nós nos reconhecemos
porque fomos marcados na
frente a ferro que vai ao
rubro: o compromisso ético
enraizado na tradição**

No extremo da parte alta da ilha, encontra-se um simples templo de oração. A capela, no seu silêncio, evoca a tradição de um passado tão distante que esse lugar se torna um “santuário”.

No seu interior, la-deando a nave central que conduz ao altar, descortinam-se duas obras de arte ostentando uma riqueza sem par. A pintura mostra que nossa instituição herdou uma história que remonta aos cavaleiros da Idade Média. A armadura de aço dos dois guerreiros mostra de forma pictórica o simbolismo de um conceito já inscrito na clássica frase marinheira que acompanhava o aspirante durante os quatro anos de sua formação escolar: “homens de ferro em navios de pau”.

É pela arte que poderemos deslindar a mensagem do passado. Mais do que requinte de ornamentação, o artístico par de ícones transmite os valores clássicos tradicionais que marcaram um período da nossa história: a dupla de guerreiros medievais simboliza honra, coragem, destemor, jus-

tiça, lealdade, presteza em servir etc. Hoje, entretanto, desaparece o antigo cavaleiro. Pouco valor representa a couraça do guerreiro diante do encouraçado, ou a sua lança diante do lança-míssil. Malgrado a origem bárbara do senhor feudal, a rudeza de sua conduta, e a despeito da modernização do cenário bélico, na verdade o sentido maior da profissão é invariante e permanece legível, ainda que subentendido, na representação iconográfica dos “homens de ferro”.

Destaca-se o elmo como proteção da cabeça do combatente. Sua estrutura não é mais um conjunto de peças metálicas articuladas a enrijecer seu crânio. A couraça capital hoje é forjada com outro material constituinte, técnico e humano. É este que assegura a preservação da intelectualidade do oficial e garante a defesa da racionalidade do seu pensamento, protegendo a sua criatividade contra a tendência à degradação.

Trazer de volta esse passado pode parecer idealismo pueril. Porém a literatura, com Miguel de Cervantes, já havia deixado sua contribuição a esse tema ao esculpir a figura saudosista de Don Quixote de La Mancha, o cavaleiro idealista que, enquanto sonhava defender a sua dama, lançava-se corajosamente contra moinhos de vento. Cervantes se projeta no sonhador, que encarna a sua tese. Entretanto, colado ao guerreiro visionário, ele justapõe, como seu êmulo, o fiel escudeiro Sancho Pança, que, por não perder o senso da realidade, constitui a antítese do cavaleiro medieval.

O clássico filme intitulado “El Cid”, com Charlton Heston e Sofia Loren, não pode deixar de ser aqui considerado. Os médicos da corte, para salvar a vida do lendário cavaleiro, mortalmente ferido em combate, precisam retirar a flecha que o transpassara. O preço a ser pago seria a hemorragia, pois o projétil ainda estancava o sangue, prestes a jorrar aos borbotões. Ele sabia que o remover do dardo salvaria

sua vida, porém, em termos imediatos, o procedimento médico o impediria de comandar sua tropa no prosseguimento do ataque do dia seguinte. Então, recusa o socorro que poderia tê-lo mantido vivo. Ciente de que muitos o viram ser atingido, e que seu ferimento causara um desânimo geral, então, ainda à noite, dirige-se a seus homens recolhidos no pátio interno da fortaleza e mostra a eles que está vivo e que vai liderá-los no combate decisivo.

Antes de ser abatido pelo sono febril provocado pelo ferimento, El Cid ordena à sua mulher que, enquanto estiver inconsciente, não permita intervenção médica alguma que possa colocá-lo fora de ação. Ao alvorecer, com o dardo ainda atravessado no peito, ele monta e coloca-se ao lado do rei, à frente da tropa, conduz o seu exército à luta e expulsa os mouros para o além-mar. O inimigo, que já o tinha como morto, é afugentado pelo deslumbramento diante da imagem de um cavaleiro fantasma a galope, um guerreiro imortal, a despeito da lança que transpassa seu peito. Quem vence a batalha é o impacto do “espírito” de El Cid, morto, mas sublimado.

A narrativa desse trecho de “El Cid” – o final do filme – mostra o que se pode entender por um juramento que culmina na expressão “...Com o Sacrifício da Própria Vida”. Porém, é em Hegel que se encontra o seu embasamento lógico, a formalização filosófica para este verso.

Antes desse final épico, o jovem príncipe, tendo El Cid como seu conselheiro de guerra, alcançava a sua primeira vitória contra invasores do reino. O futuro monarca, para mostrar que já estava preparado para exercer o poder real, decide condenar à morte os inimigos aprisionados, mas não sem antes ouvir seu orientador. El Cid então relembra ao príncipe que qualquer combatente é obrigado a destruir o adversário; somente

um guerreiro-rei pode perdoar o inimigo e poupar-lhe a vida.

Entretanto, o aspecto mais contundente dessa história, no que diz respeito à dialética, é o episódio de dupla face, o confronto de dois momentos do real: o ato da coroação do rei e a prestação de socorro a um leproso. A questão que queremos antecipar é a seguinte: qual das duas cenas representa a verdade de El Cid?

O príncipe mais novo é suspeito de ter assassinado o seu irmão primogênito, o príncipe herdeiro. Diante do povo, El Cid dobra-lhe as mãos e força-o a ajoelhar-se a seus pés, obrigando-o a jurar inocência antes de ser coroado. Na cena imediatamente seguinte, El Cid, indignado, afasta-se do local a galope. Já fora da cidade, clamando por ajuda, um moribundo atravessa o seu caminho e cai prostrado ao chão. Ele, então, para, apeia-se do cavalo, recosta o doente em seus braços e coloca o cantil em seus lábios para dar-lhe de beber.

Qual dessas atitudes opostas caracteriza a nobreza do guerreiro? A verdade está na totalidade: um polo não existe sem o seu oposto, sem sua negação. O real é contraditório: o máximo da autoridade se manifesta no mínimo do serviço. É a antítese que realiza a tese. A síntese constitui-se apenas por essa mudança de enfoque, aqui encarnada na “sabedoria de um marginalizado”. Abrindo os olhos, o moribundo, deslumbrado com a visão, exclama: “El Cid!” “Como sabes meu nome?” No que responde: “Somente El Cid, o mais nobre dos guerreiros, é capaz de obrigar um rei a jurar e servir água a um leproso”.

Esta cena lembra, para os fuzileiros, os exercícios de campo. Após o desembarque, era longa a espera até que se concluísse a instalação da cozinha de campanha e a preparação do primeiro rancho quente. Nesse meio tempo, os soldados preparavam o terreno e erguiam suas barracas. Finalmente,

já noite, o jantar começa a ser servido. Os soldados, em longa fila, são os primeiros a comer; depois os graduados; por último os oficiais e, simbolicamente, fechando a fila, o comandante. Aqui também, só quem está no ponto superior pode colocar-se no lado oposto, na base.

É também pela arte cinematográfica que podemos deslindar a mensagem sobre o tradicional espírito da carreira das armas. A mensagem implícita nos episódios de El Cid, que queremos destacar, é muito sutil e exemplifica bem a contradição dialética, a qual só pode ser entendida por uma lógica paradoxal: somente aquele que se coloca abaixo do leproso é quem pode ficar acima do rei. A proposta não se resume a exaltar o valor da virtude da humildade, nem a apresentar uma técnica de liderança.

O mencionado termo “acima” (ou “abaixo”) não passa de reflexo de uma perspectiva unilateral, que interpreta a realidade de forma dicotômica. Essa perspectiva dualista é puramente abstrata porque opera de modo unilateral, faccioso, ideológico, por definição. Para Hegel, diferentemente, em ambos os extremos, um polo é o outro sob a forma do seu contrário. O real é uma totalidade dialética, na qual uma posição já é a outra.

Por isso, enquanto o moribundo percebe unilateralmente, na perspectiva exclusiva da prática, que o cavaleiro que lhe presta socorro é capaz de se colocar abaixo dele que está no chão, de ser menor que o mínimo, a “sabedoria” da totalidade dialética lhe garante, então, que ele só tem tal capacidade porque já é maior que o máximo. Ou seja, estando o sujeito abaixo da insignificância do leproso, concomitantemente, está acima da majestade do rei.

Trata-se aqui de uma totalidade em que a tese só se realiza pela antítese. A síntese é a constatação de que só há um único real. Ainda que, na perspectiva clássica, a realidade seja aparentemente irracional, Hegel

empresta um sentido ao real. O filósofo se defende ao dizer que seu método não é dialético, mas sim meramente contemplativo; o que é dialético é o processo histórico, a dinâmica da guerra, a realidade, a democracia. Ele apenas constata, sem nada alterar, e só faz realçar que o caráter contraditório do real é propriedade intrínseca a ele.

FUNDAMENTO HISTÓRICO DE HEGEL

Hegel e Bonaparte

Tentamos aqui mostrar que Hegel tinha um espírito militar. Por isso não é de se estranhar que um filósofo alemão tome um general francês como referência para a interpretação da história. Hegel chega a ponto de chamar o seu contemporâneo pelo título “O Espírito do Mundo a Cavallo”. Napoleão atribuía grande importância ao saber, particularmente o científico. Ele integra em sua corte vários sábios. Com isso, o imperador desenvolve uma ideia muito abrangente de expedição militar. Napoleão, porém, antes de ser imperador, é general. Na campanha do Egito, ele inclui em seu Estado-Maior Especial a notável figura de Champollion, que, ao pesquisar as pirâmides *in loco*, descobre a *Pedra de Roseta*, com o que decifra a antiga escrita egípcia em hieróglifos. Esse é o pano de fundo que constituía o contexto mais amplo em que Hegel admira o imperador.

Hegel leciona na faculdade de Iena, onde já havia apresentado uma dissertação em Astronomia, intitulada “O Movimento dos Planetas”. Hegel não fica alheio à conquista da Prússia pelo poderoso império napoleônico. É interessante o registro feito por ele mesmo em um de seus escritos filosóficos: “Ouço ao longe os disparos dos canhões da Batalha de Iena” (1806). No ano seguinte, 1807, é publicada a sua *Fe-*

nomenologia do Espírito, obra fundamental de Hegel. Acusado de colaboracionismo, ele é obrigado a deixar a cidade de Iena, lugar em que trabalhava e morava. Havia antecedentes: quando, ainda no seminário de Tübingen, onde permanecera até o ano de 1793, Hegel, já em 1789, planta uma árvore no pátio da escola com a finalidade de registrar para a posteridade a importância e a repercussão internacional da Revolução Francesa.

Batalha Naval de Salamina

Ainda no âmbito da história militar, Hegel analisa a Batalha Naval de Salamina (480 a.C.). Ao filósofo, entretanto, interessa o desenvolvimento do espírito do mundo. Na tentativa de expandir o domínio persa, o imperador exigia que os gregos também o reconhecessem como senhor, aceitando a sua supremacia. O povo grego, que preconizava a liberdade individual, pela sua simples existência, negava a universalidade do domínio persa. Para exigir o reconhecimento, o imperador envia a esquadra persa para a região próxima a Chipre.

Os gregos vencem a Batalha Naval de Salamina. Segundo Hegel, o que os gregos conseguiram impor, mais do que o domínio do mar, foi a sua concepção de mundo, a ideia de liberdade individual como um valor a ser respeitado pelo Estado. Ocorre aí a transferência do poder de um senhor, soberano do vasto domínio persa, no qual é o único livre, para um conglomerado de cidades-estados independentes, habitadas por pessoas que viviam livremente. O centro de gravidade do curso da história se desloca do Oriente para a Cidade-Estado grega. Em outras palavras, o povo grego realiza a tese do domínio persa como antítese, evidenciando o caráter contraditório da universalidade do poder oriental. Essa batalha naval

exemplifica em que consiste a análise da história sob a perspectiva dialética.

Para o filósofo, o que ocorreu em Salamina foi a realização de uma ideia, a elaboração de uma antítese particular que faz a negação de uma tese universal. Portanto, a épica batalha apenas realiza uma transformação que se dá no plano das ideias, no âmbito das representações, da linguagem. Hegel, não obstante, não se afasta do real, já que toda antítese “realiza” ou “torna real” a tese abstrata, universal, porém sempre se opondo a ela. A antítese é a negatividade, que faz a negação do conteúdo da tese, mas preserva sua forma racional.

A síntese não é um meio termo entre tese e antítese, como se fossem duas quantidades entre as quais se busca um valor médio. A tese, por ser universal, impõe a essência, a qualidade, representada pela forma, enquanto que a antítese a preenche com o um novo conteúdo, quantitativo, trazido da realidade particular. No limite, a antítese já esvaziou por completo o conteúdo da tese. Em suma, a antítese é o fracasso da tese, é a negação de sua universalidade. Ora, a síntese está exatamente nessa descoberta.

Diferentemente dos orientais, mobilizados por coerção externa, os gregos eram movidos apenas por uma força interna, individual. Por isso, para o filósofo a ideia de liberdade do grego está apenas em um estágio inicial, pois mesmo que possa viver livremente ele não tinha consciência do alcance da sua liberdade individual. O guerreiro grego não distinguia o Estado, e continuava alheio a essa concepção abstrata. Ele ainda não tinha se libertado de sua individualidade particular.

Sobretudo faltava ao guerreiro grego aquilo que só vai aparecer mais tarde, quando ele se transformar em cidadão: a consciência de que deveria renunciar à sua liberdade individual, sublimando-a em benefício do Estado, até mesmo

como condição para poder exercê-la em plenitude. Mais tarde ele vai descobrir o caráter contraditório de liberdade, a qual tem de ser negada enquanto particular para que ela se realize como dimensão universal dele mesmo, da sua totalidade, da qual o particular e o universal são meros aspectos.

O SENTIDO DO SACRIFÍCIO

O navegante

O Navio-Escola *Custódio de Mello*, na Alemanha (1967), ao atravessar o longo Canal de Kiel, arriava a bandeira brasileira em resposta ao mesmo gesto de um simples barco a vela que, tripulado por um único desportista amador, quase se esgueirava entre a margem e nosso alto costado. É o sinal de cortesia que independe do porte da embarcação, da quantidade de tripulantes e, sobretudo, estende-se acima das cores das respectivas bandeiras, que separam nacionalidades. É graças à preservação desse corriqueiro ritual, civil, que se garante a “salvaguarda da vida no mar”, que determina acolher o naufrago independentemente de sua origem.

No sacrifício está a raiz do conceito de trabalho. A atividade militar constitui trabalho porque o seu produto se faz em benefício de outrem e é executada por determinação de uma autoridade. Entretanto, não é só o militar que aí se enquadra. Queremos aqui estender essa abrangência a toda a Marinha, não só de Guerra, mas ao navegante em geral, destacando o papel do tripulante da Marinha Mercante.

Após termos mencionado o alcance da campanha militar de Napoleão, com seus desdobramentos nas áreas política, cultural, científica, estatal etc., e principalmente depois de articularmos trabalho a sacrifício, já não seria possível manter

uma dicotomia entre Marinha civil e militar, comercial e bélica. A missão da Marinha é o domínio do mar, e a política estratégica para tal é o estabelecimento do Poder Marítimo. A “Marinha Cinza”, assim denominada pelos mercantes, vai se confundir com o mar na fímbria do horizonte visual, constituindo sua contracapa bélica, dura, continente que não teria razão de ser sem o conteúdo mercantil que ela tenta envolver.

A Marinha tem uma dimensão universal, já que se propõe a possibilitar o livre tráfego marítimo, de interesse internacional. A Marinha de guerra nada mais é que a parte mais aparente da grande massa, oculta, de navios isolados que, no silêncio, singram mares em regiões que dificilmente poderiam ser acompanhados por alguma de nossas belonaves. Distantes, são eles que nos representam. O que se destaca é o Poder Marítimo à procura de um lugar na configuração internacional.

Aí, já sob nova confrontação, envolve a totalidade da pujança marítima, incluindo o comércio exterior, bem como a garantia de sua segurança.

Trabalho no sentido hegeliano é servir, e o seu protótipo é o escravo. Vivendo por muito tempo em ambiente confinado, em travessias de longo curso, o tripulante de um navio mercante é o verdadeiro servo do mar, um prisioneiro

de bordo. Certamente, essa sacrificada prestação de serviço remete a algo maior. É na solidão do alto-mar que, paradoxalmente, o particular encontra o universal, sempre “...Com o Sacrifício da Própria Vida”.

O passado histórico da Inglaterra é exemplar nesse aspecto. Uma ilha afastada do continente, mas que já exerceu o domínio comercial e naval em âmbito mundial. Portanto, a exaltação que aqui se faz do oficial da carreira das armas, do militar em geral, aplica-se igualmente ao oficial da Marinha Mercante. O próprio Napoleão

Bonaparte, na expansão do império, dá maior abrangência à arte da guerra. Ao se tornar imperador, ele não perde sua condição de guerreiro; pelo contrário, aí ele se mostra o grande general.

Todo o “cordame” da antiga Marinha inglesa seria composto de cabos trançados em torno de um fio vermelho central. Por isso, um simples pedaço de “cabo solteiro” estendido no convés, por

menor que seja, a despeito de sua pequenez, não pode ser posto fora porque dentro dele corre um meridiano rubro, marcado pela cor da realeza, indicativo de sua pertença a um HMS¹, o que lhe empresta uma verdadeira “alma”.

Portanto, estamos todos enlaçados por um tênue fio de lã a demarcar que, oculta, tanto no canhão com em qualquer cabo trançado de bordo, há uma borda interna,

**A “Marinha Cinza”,
assim denominada pelos
mercantes, vai se confundir
com o mar na fímbria
do horizonte visual,
constituindo sua contracapa
bélica, dura, continente que
não teria razão de ser sem o
conteúdo mercantil que ela
tenta envolver**

1 N.R.: Her/His Majesty's Ship (em português: Navio de Sua Majestade) é o prefixo dos navios pertencentes à Marinha Real Britânica (Royal Navy).

uma “alma limpa” comum a todo marinheiro. A “alma limpa” balizada por um fino fio cor de sangue entrelaça todos os militares, todos que são capazes de se esvaziar como particular para se constituir como universal.

Esperamos que, ao longo do texto que ora escrevemos, possamos ultrapassar a visão dualista, responsável pela dicotomia “civil/militar”. Ao fechar o contorno com um “fio encarnado”, costuramos ambas as faces da faixa em um só lado, tecemos a rede pendente dessa borda como a superfície unilátera representativa da totalidade do real.

O espírito de corpo

A força de uma força armada não está na força da sua arma, mas no seu simbolismo: o rotineiro desfile em continência dos aspirantes. A bordo, o simples cumprimento ao comandante logo após o arriar da bandeira; as honras de portaló, hoje extensivas às autoridades da reserva etc.

É a repetição desse ritual que representa a prontidão para o combate, ao mostrar que de nada serve a força ser armada se não é amada. Mais do que a arma lubrificada, é esse o rito que sustenta o nosso mito.

A demonstração cabal desse espírito se manifesta na festa dos veteranos do Corpo de Fuzileiros Navais. A participação da reserva é ativa: forma um batalhão e desfila em continência ao atual comandante-geral, portando a marca registrada do “gorro de fita”. À testa, um fuzileiro em cadeira de rodas, e mais adiante, um naval apoiava-se no braço de seu companheiro lateral porque está cego. Eles não abrem mão do privilé-

gio de desfilar. Contagiam seus familiares, mulheres e crianças, que também entram em forma, nos respectivos grupamentos. Como caso especial, um tenente reformado recebe condecoração por idade. Hoje com 97 anos, já foi dispensado da marcha a pé e convidado a embarcar em uma viatura anfíbia, para se deslocar ao lado do almirante no comando da tropa em desfile.

O conceito de sacrifício

Mais tarde, o guerreiro ressurgirá como cidadão do Estado. Hegel exalta o cidadão porque este, mesmo sem o saber, renuncia à sua “liberdade” individual e passa a tra-

balhar em benefício da comunidade, serve ao Estado. Porém o “servir” tornou-se sinônimo de prestar o serviço militar obrigatório. Cabe lembrar o adágio que destaca a polissemia do verbo servir: “Quem não quer servir... não serve”.

Hegel celebrizou particularmente o militar porque o profis-

sional das armas não só trabalha para o Estado, como qualquer cidadão, mas o faz assumindo o risco da morte, nesse aspecto completamente diferente dos seus concidadãos. Quando Hegel enaltece o combatente, por ver nele uma pessoa de princípios, cuja honra é mais importante que a vida, certamente está falando do militar. O oficial da carreira das armas, em atitude nobre, consciente e voluntariamente, aceita o desafio da luta cruenta, mortal.

O mencionado “sacrifício”, visto por outro ângulo, é uma palavra que pode ser lida como “sacro-ofício”. O sacrifício da vida não se reduz, então, à morte, mas

À testa, um fuzileiro em cadeira de rodas, e mais adiante, um naval apoiava-se no braço de seu companheiro lateral porque está cego. Eles não abrem mão do privilégio de desfilar

sim transforma-se em ofício de vida. Ora, essa é a própria conceituação de trabalho segundo a teoria hegeliana, cujo modelo é a ação do servo, do escravo. Não há trabalho que não seja por obrigação, por ordem, em benefício de um senhor, de uma causa maior, universal.

Portanto, paradoxalmente, só se alcança a plenitude do viver, só se realiza a estrutura dessa operação na oferta da vida em sacrifício. Hegel, ao valorizar o espírito (*Geist*), aparenta ser religioso. Porém ele condena tanto o estoicismo do crente como o ceticismo do ateu, ambos marcados pela mesma fuga do mundo real. O termo *Geist* não tem conotação alguma de entidade supranatural.

O sacrifício transforma-se então em seu contrário: ressurgente das águas no próprio ato pelo qual naufraga. Não se trata da perda da vida, mas sim de vida como perda, do que o naufrágio é símbolo máximo. Para isso, o militar renuncia à incondicional amabilidade materna, familiar, de que para muitos é difícil se desprender. Trata-se da livre abnegação que o servir implica. Entretanto, ninguém se nega espontaneamente. Portanto, só é militar profissional, só entrou para a carreira das armas aquele que renuncia a tudo, até mesmo à própria liberdade de renunciar. O juramento de lealdade deixa de ser livre, é irreversível, independe do tempo. É nessa lealdade radical que o militar se constitui, enquanto realiza um ideal com propósito maior do que ele próprio. Sem essa disposição, aparentemente irreal, é melhor que não seja preciso ir para a guerra.

Não se pode deixar de fazer referência ao contraste que esta apologia faz em relação à canção de sucesso da Música Popular Brasileira na década de 1960, que faz menção desairosa ao profissional militar, caracterizado como alguém condenado a “viver sem razão...”.

O MODELO DIALÉTICO

Cromwell lutava pela derrubada da monarquia absoluta na Inglaterra, tendo admitido até mesmo transformá-la em uma república. O rei, sentindo-se ameaçado, pede a colaboração da França, que promete enviar tropas para ajudar a conter os rebeldes ingleses. Cromwell, entretanto, alcança a vitória e extingue a monarquia antes que a intervenção francesa se concretizasse. A esse pretexto, o rei é acusado de traição ao país, pelo que é levado diante do tribunal para ser julgado.

O magistrado pergunta ao monarca: “O senhor confirma ter feito aliança com um país estrangeiro para invadir a Inglaterra?” Ao que ele responde: “Esse tribunal não tem autoridade para interpelar o rei, que é soberano”. Resultado: o rei foi condenado. Mas, sob que acusação? Por ter se aliado ao inimigo? “Como rei ele tinha autoridade para fazer alianças. A razão é outra: em uma república não há crime maior do que alguém ser rei”. Sua majestade, ao se recusar a responder ao magistrado, deu prova de que realmente ele ainda era o rei, que precisava ser aniquilado, e com esse ato ele se condena à morte.

É importante destacar que não se trata de um jogo para mostrar a esperteza do sujeito. A astúcia é da razão, que envolve ambas as pessoas, e vem da própria linguagem. O próprio sujeito é surpreendido pela inversão que ocorre no diálogo, quando, então, ele descobre qual era o desejo real subjacente, qual era a verdadeira tese oculta no enunciado. A contradição está no fato de a morte do monarca implicar retroativamente ele ter sido reconhecido como rei.

O interlocutor fica enredado. Este é o termo, pois ele fica preso na rede linguística, nas articulações do discurso que ele mesmo construiu, no seu próprio tecido argumentativo. A antítese apresentada é

definitiva, inquestionável, porque o sujeito a retira do que já foi realmente dito pelo próprio interlocutor, que acaba por fornecer o elemento que faltava para favorecer a conclusão do outro.

Dominação/Submissão

A obra básica de Hegel é conhecida como a “dialética do senhor e do escravo”, em que ele cria a sua mitologia, admitindo que, em alguma época primitiva, teria ocorrido um combate sangrento entre dois contendores. Kojève dedica mais de 30 páginas do início de seu compêndio para discorrer sobre os desdobramentos da narrativa dessa contenda, que culmina no diferencial dominação/submissão.

Aqui se faz a exaltação da submissão, virtude que se cultiva tanto na formação religiosa quanto na militar. A importância do tema (submissão/dominação) é que desse conflito vai surgir o Estado como o universal que exerce a dominação, e por outro lado o cidadão, como o particular condenado à submissão, a qual agora significa respeito à lei. Como indivíduos, todos trabalham para o Estado, que, em compensação, reconhece cada particular como um cidadão. Já que o Estado representa todos os cidadãos, o gesto de reconhecimento por essa instância abstrata é equivalente a cada particular ter seu valor reconhecido por todos. Portanto, a lei, por ser o reconhecimento pelo Estado do direito do cidadão, realiza a pessoa também no aspecto universal, além do particular.

Não fosse o mito do confronto bélico original, Hegel não teria como conceituar “trabalho”, o que, para ele, não se confunde com luta pela subsistência (pessoal ou familiar), mas tem que ser executado em benefício de outrem. Para Hegel, estaria aí a origem do trabalho. Espontaneamente, ninguém trabalha para outrem, mas so-

mente forçado. Esse caráter de imposição externa, segundo a teoria hegeliana, é imprescindível para que uma ação se enquadre como trabalho.

Não se trata de Hegel endossar a escravidão. Ele afirma ser este apenas um estágio da história. Vivo, o escravo vai se libertar transformando-se em cidadão, e só pode fazer esta passagem na medida em que se submete às leis do Estado. A passagem para o escravo é mais natural porque ele só muda o patrão. O raciocínio de Hegel é que, a despeito de ser forçado a assim agir, o servo já não pode pensar em si, e nesse aspecto, paradoxalmente, ele está livre do seu ser-dado (*Sein*), o que para Hegel é o mais importante.

Ao contrário do que vulgarmente se propala quanto à produtividade do funcionário público, esse executivo trabalha justamente porque age em função de algo que está muito além dele, o Estado, que é senhorio totalmente abstrato, a que o funcionário está submisso. O operário assalariado ao nível de subsistência, apesar de usar força braçal, a despeito de estar vendo o produto final de sua ação, segundo a teoria hegeliana, não realiza trabalho algum porque a atividade, ainda que forçada, é exercida exclusivamente em benefício da própria sobrevivência imediata. Por não ter consciência da sua dimensão universal, não tem consequência na construção e na preservação do Estado.

O animal luta, caça, alimenta-se, procria; entretanto, ele não projeta; portanto, o animal não executa trabalho. Seu comportamento padronizado é determinado pelo instinto da espécie, enquanto o ser humano é regulado pela lei, arbitrária, fruto da submissão de todos à dominação de outrem.

A condição necessária para que uma atividade constitua trabalho é a ação ser exercida segundo o binômio dominação/submissão. Apesar da conotação pejorativa,

submissão implica apenas obedecer à lei. A legalidade consiste em dar um sentido a seu ato enquadrando-o em um projeto maior, afastando-o de seu significado imediato.

O conceito de trabalho

Todo marítimo, além de trabalhar, leva o seu trabalho às últimas consequências, colocando sua vida em risco. O nauta sabe que ele só se distingue do naufrago porque navega em uma imensa “panela de pressão”. Profissionais nossos já morreram cozidos pelo vapor superaquecido que se descontrolou durante a manobra em alto-mar. Com mais razão, o marítimo militar, que, além de operar sob a pressão do mesmo vapor, ainda o faz com sua máquina acoplada a um “barril de pólvora”.

A doutrina tradicional resolveu inscrever essa verdade de forma bem visível na antepara do convés principal de todos os navios da Marinha do Brasil: “Tudo pela Pátria”. Mais do que uma frase corriqueira, antiquada, ela relembra que o trabalho que ali acontece é reconhecido como muito árduo, seja pelo natural confinamento, seja pela proximidade da exposição ao perigo durante os exercícios e, mais ainda, em caso de combate.

Há ainda outra característica, específica do militar, como o paradigma do trabalhador. Na organização hierárquica de bordo, devido ao rigor da disciplina, em todos os níveis da hierarquia, o sujeito tanto é senhor como servo, ou seja, a organização é gerada por dipolos [dominação/submissão] agrupados em forma piramidal. Portanto, o poder se distribui do comandante ao marinheiro, gradativamente, isto é, por degraus espaçados na estrutura.

Quando o guindaste do bate-estacas libera o cabo que sustenta o êmbolo no alto da torre, o corpo maciço cai e realiza trabalho. O potencial é associado à altura

em que a massa se localiza e é presa. A energia potencial represada se transforma em energia cinética, correspondendo a uma quantidade de movimento, cuja variação abrupta no contacto com o solo gera uma força muito intensa que acaba por perfurá-lo, o que é seu objetivo. Essa é uma ilustração do que se entende por trabalho útil, produtivo.

Dando um salto para o presente, vemos o caráter contraditório da totalidade também em um tema econômico. Sem entrar na teoria de Piketty, atualmente no estrelato da economia, grosso modo podemos tomar como exemplo a ideia de que a “riqueza”, enquanto tese, é a acumulação de bens. Porém o que a realiza é o dispêndio, o consumo, a compra de ações; portanto, o que constitui a sua antítese.

Rico é quem ousa gastar; milionário é aquele que corre o risco de transformar sua riqueza em aplicação de capital. Segundo Piketty, toda riqueza não produtiva (imóveis, joias, obras de arte e outros bens recebidos por herança, e não por trabalho) deveria ser drasticamente taxada. Só assim a aplicação da riqueza geraria um retorno (*Return*) de mesma ordem de grandeza do crescimento (*Growth*) econômico geral.

A riqueza seria como a água represada; a sua energia potencial deve ser transformada em trabalho útil, como na usina hidrelétrica. Pequena parte da energia elétrica retorna para a necessária sustentação do sistema, mas a maior parte deve ser distribuída em cadeia, viabilizando novos subsistemas em cascata. O que o economista francês critica é que $R \gg G$, o que em longo prazo provocará a estagnação do processo econômico.

Uma força armada não realiza trabalho útil porque constitui um sistema que conserva sua energia potencial no alto até o momento extremo: a guerra, o combate, o choque. A ação do militar não tem utilidade imediata porque sua missão é manter

suspenso o peso e segurá-lo à altura apropriada. A energia potencial tem valor igual ao da cinética, que só vai se manifestar em caso extremo. Porém as potências de subida e de descida são muito diferentes.

O trabalho de suspender o peso é lento, pelo que demanda baixa potência; a descida, ao contrário, é muito rápida, operando em alta potência. Portanto, uma vez desencadeada a ação de choque, ela não poderia ser subitamente interrompida. A queda do peso não pode ser travada a meio, sob pena de comprometer todo o sistema de sustentação. Embora essa ilustração não passe de simples metáfora da guerra, um trágico acidente de bordo se deve à inopinada necessidade de se travar subitamente um eixo de propulsão.

Ainda que normalmente essa descarga irreversível não venha a ocorrer, sustentar o potencial é um ato que exige tudo aquilo que Hegel preconiza para definir trabalho. A ação militar, portanto, atende rigorosamente aos aspectos que a teoria hegeliana considera em uma ação para que ela seja configurada como trabalho.

O militar, por um despojamento quase religioso, aniquila todo o seu ser, que se transforma em “ser-*vir*”. Ele, ainda jovem, abre mão do conforto da casa, abandona a família onde, sobretudo, era reconhecido como alguém, para ser apenas “mais um”, simples número na sua corporação. Em termos hegelianos: morre enquanto particular para nascer como universal.

Em casa o sujeito não é avaliado, mas simplesmente amado porque existe, porque é um ser humano, um filho. Na vida pública, a militar particularmente, entretanto, ele só será reconhecido à medida que cumprir sua missão, e de modo tal que se anteveja nele potencial para o comando e para subir na escala piramidal. Portanto, ele tem que “morrer” como indivíduo para se transformar em algo novo, maior,

orientado por um plano mais abrangente, ao qual o militar simplesmente serve, e no qual se realiza.

Em suma, o militar não só efetivamente trabalha, mas realiza o seu ato por pura submissão à autoridade. Com essa postura, que nada tem de alienação, como um servo, ele aceita a negatividade do seu ser natural (*Sein*), segundo o qual ele procederia de forma diversa. Conscientemente, porém, ele ultrapassa sua natureza, desprende-se do dado imediato, do seu *Dasein*, do ser-aí, liberta-se da sua particularidade.

Além disso, na guerra, como particular, participa de um projeto, pois cumpre uma tarefa, submete-se a um propósito cuja razão ele não pode alcançar. E o combatente subordina-se em confiança, tendo consciência de que ali assume o risco da morte. O combatente defende o Estado a que serve “...Com o Sacrifício da Própria Vida”.

Ulisses

Essa linha argumentativa resgata a figura mitológica do navegador Ulisses, tão decantado em filme com Kirk Douglas e Rosana Podesta. Enquanto os remadores, temendo ser enfeitados pelo canto das sereias, tampam seus ouvidos com cera, Ulisses resolve enfrentar o feitiço e vencer o sublime encantamento da música inebriante. Alertado pelo perigo de fazer desafio tão terrível às divindades, ordena à tripulação que o amarre ao mastro principal durante a travessia, para não ceder à tentação de deixar-se sucumbir pelo terror da condenação, e também ele bloquear sua audição.

A travessia do navio é metáfora da passagem “do mito ao logos”, da qual Ulisses é a representação encarnada. Essa seria a proposta do iluminismo: autonomia da razão, da lógica, a tal ponto que ela pode prescindir dos deuses da mitologia. É um

desafio: muitos guerreiros tiveram que permanecer com seus sentidos bloqueados para manter a voga das remadas, e garantir a rápida e segura propulsão na travessia. Com isso possibilitavam que somente um, Ulisses, conseguisse vencer o mito da superstição, das religiões, e abrir lugar para a criação do logos da filosofia, da teologia.

Ulisses, o nauta, é potencialmente um naufrago. Ele é um nauta enquanto desbrava mares desconhecidos repletos de perigos, enfrenta o encantamento das sereias e os castigos dos deuses; ele é naufrago porque é a morte que o espera. Ele sabe que terá que pagar com a vida o preço pelo seu desafio. Ulisses navega para o logos, que o transporta para outro patamar, mas não sem antes fazer a “amnésia” do mito.

Para Hegel, a tese do mito é secundada pela sua negatividade radical, pelo afundamento de seu conteúdo, que é apagado, “deletado”, restando o vazio da forma, a estrutura, a memória. A síntese consiste em

conseguir ver o real nessa aniquilação material e conservação formal, isto é, na perda de conteúdo. Na antítese se perde tudo, ou quase tudo, porque resta a lembrança; na síntese perde-se a própria lembrança da perda. Então, a perda nunca existiu. Essa é a superação dialética.

Ulisses enfrenta a tentação de bloquear seus sentidos e ficar surdo à voz da razão, o que tinha que vencer. A cera nos ouvidos, o algodão com glicerina, ainda era usada durante os disparos conjuntos nos exercícios de tiro real das torres de 152 mm dos cruzadores. O ruído era ensurdecedor, e o

ar quente e contaminado pelos produtos das explosões chegava a queimar a pele do rosto. Estávamos todos “amarrados” ao convés principal tentando atravessar o que seria a trágica realidade de uma situação de guerra real. Entretanto, a travessia de Ulisses, reencenada a bordo do cruzador, por sua vez é metáfora retumbante da travessia silenciosa que cada aspirante faz na opção pela carreira militar.

A tentação de Ulisses se repete hoje e nos alcança a todos. A bordo ou em terra, existe a tentação de obturar com cera o buraco que nos possibilita a audição. A tendência geral é tamponar com alguma substância o furo do real, o vazio de seu vácuo. A fenda da pura negatividade deixada pela antítese e obturada pela positividade da matéria.

A mudança de fase do mito para o logos corresponde, na cultura bíblica da religião judaica, à mudança da literatura sapiencial para a profética. O comentário é de Ratzinger (1968). No mesmo texto, este autor faz referência ao teatrólogo francês Paul Claudel,

que, em uma de suas peças (*Les Souliers de Satin*), descreve um naufrago, que guarda alguma semelhança com Ulisses, por também estar amarrado a um mastro. O naufrago, atado a um pedaço do madeiro que ainda flutua, vê ao longe seu navio soçobrar. Para o teólogo, este é o único lugar e a condição que restou ao crente hodierno: preso ao lenho do cruzeiro que voga sobre o nada.

A menção acima é oportuna porque esse é o cenário básico da filosofia de Hegel, que valoriza a negatividade radical da dialética. O nauta deve estar preparado para se trans-

A travessia de Ulisses, reencenada a bordo do cruzador, por sua vez é metáfora retumbante da travessia silenciosa que cada aspirante faz na opção pela carreira militar

formar em naufrago, entendendo que, como o real é contraditório, um é manifestação máxima do outro. Para quem vê seu barco ir a pique, qualquer objeto flutuante que lhe reste, até mesmo uma placa de gelo faz o papel de balsa salva-vidas, e é ainda um lugar privilegiado. Nós somos a placa

de gelo, a plataforma que ainda flutua no mar, a despeito do seu inexorável degelo. Por isso o verdadeiro navegador é quem enfrenta o risco do naufrágio. Porém esse futuro naufrago tem esperança de sustentar a sua missão, até mesmo “...Com o Sacrifício da Própria Vida”.

📁 CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<VALORES>; Escola Naval; Formação de oficial; Preparo do homem; Coesão militar; Conduta; Espírito de corpo; Honra; Princípios militares; Tradição;

BIBLIOGRAFIA

Singer, P. *Hegel*. Ed. Loyola, 2003, 127 p.

Kojève, A. *Introdução à Leitura de Hegel*, Ed. Uerj, 2002, 557 p.

Zizek, S. *Hegel com Lacan*, Ed. Zahar. (1991, 1988). 227 p.



REVISTA



MARITIMA BRASILEIRA

A SEGUNDA MAIS ANTIGA DO MUNDO

onde se recebem subscrições a 500.000 rs. por anno, pagas ao receber o primeiro numero

Preço de 4 vol. (1834/1860)

A Revista Marítima Brasileira completou 163 anos em

1º de março de 2014. Fundada em 1851 pelo

Primeiro Tenente Sabino Elói Pessoa,

foi a segunda revista mais antiga do mundo a tratar de assuntos marítimos e navais.

Conforme os registros obtidos, a Rússia foi o primeiro país a lançar uma revista marítima,

a *Morskoi Sbornik*, (1848).

Depois vieram:

Brasil – *Revista Marítima Brasileira* (1851),

França – *Revue Maritime* (1866),

Itália – *Rivista Marittima* (1868),

Portugal – *Anais do Clube Militar Naval* (1870),

Estados Unidos – *U.S Naval Institute Proceedings* (1873)

República Argentina – *Boletín Del Centro Naval* (1882).